LINHA DIRETA



#38 Ano XXVII | Outubro de 2020

ANFIP prepara atividades para Dia do Servidor Público

No mês em que se comemora o **Dia do Servidor Público**, em 28 de outubro, a ANFIP vai realizar um **grande evento para seus associados**, com atividades que refletem a cultura brasileira e homenagens aos servidores públicos do país, em especial os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

A Comissão Organizadora faz os últimos ajustes na programação, que será divulgada em breve. Seguindo as recomendações dos organismos de saúde, por causa da pandemia de Covid-19, o evento comemorativo será de forma virtual, no dia 28/10, das 15h às 17h, com transmissão ao vivo pelo canal da ANFIP no Youtube.

Marque na agenda e convide familiares e amigos, já que o link estará aberto ao público em geral.

Prepare-se para se emocionar!



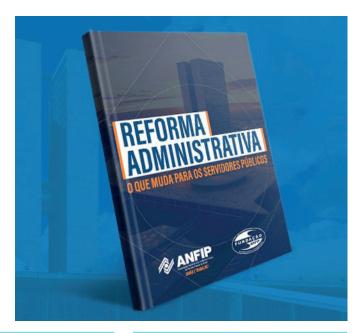
ANFIP e Fundação ANFIP lançam cartilha sobre Reforma Administrativa

A ANFIP e a Fundação ANFIP acabam de lançar a cartilha "Reforma Administrativa — o que muda para os servidores públicos". O material traz uma análise técnica e detalhada do advogado e consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos, com parceria da Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, da Reforma Administrativa.

A PEC modifica 12 artigos da Constituição Federal, com supressões ou revogações parciais ou integrais e acrescenta cerca de uma dezena de regras transitórias sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. O objetivo, segundo as entidades, é contribuir para o esclarecimento e a discussão detalhada de todos quantos se interessem pelo tema.

Os associados da ANFIP podem baixar o material <u>AQUI</u> ou solicitar o exemplar impresso até o dia 23 de outubro, enviando manifestação para o e-mail protocolo@anfip.org.br.

Os demais interessados podem acessar o site da Fundação ANFIP, <u>AQUI</u>.



ANFIP solicita ao STF entrar como amicus curiae em ADI do Bônus Página 2

Increva-se no I Concurso de Contos, Histórias e Poesias Página 3 Especialistas reforçam importância de debate sobre LGPD Página 4

UNIÃO E TRABALHO!

ANFIP solicita ao STF ingressar como amicus curiae em ADI do bônus



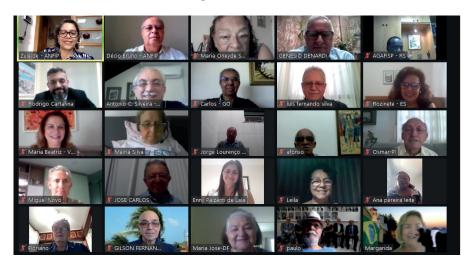
O Conselho Executivo da ANFIP reuniu-se na quinta-feira (15/10) para avaliar o trâmite da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

6562, apresentada pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, sobre o Bônus de Eficiência devido aos Auditores Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e aos Auditores do Trabalho.

Diante de argumentos apresentados pela vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e após amplos esclarecimentos, o Conselho Executivo aprovou, por maioria, ingressar com o pedido de *amicus curiae*, considerando, em caso de manutenção do Bônus, que ele seja pago de forma paritária e para garantir que não haja perdas salariais para seus associados.

O Senado Federal e a Advocacia Geral da União já se manifestaram sobre o assunto.

Conselho de Representantes realiza reunião extraordinária



O Conselho de Representantes, formado pelos presidentes das Estaduais da ANFIP, promoveu na quinta-feira (15/10) reunião extraordinária do grupo. O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, conforme determinação estatutária, fez a abertura do encontro que tratou de questões como Bônus de Eficiência, vencimento básico e subsídio.

O presidente explicou aos conselheiros o posicionamento da ANFIP em relação à defesa remuneratória da carreira e relatou como foi a reunião do Conselho Executivo que analisou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6562, apresentada pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, ao Supremo Tribunal Federal.

Na ocasião, o advogado Luiz Fernando Silva apresentou os fundamentos jurídicos dos prováveis efeitos da ADI. A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e o advogado Rodrigo Cartafina também participaram da reunião a fim de esclarecer as dúvidas dos conselheiros sobre o tema.

Durante o encontro, Décio Lopes reafirmou o compromisso da Entidade com os anseios dos seus associados. "Aquilo que for o melhor para a categoria indiferentemente do custo político, financeiro e riscos, nós devemos assumir. Penso que enquanto dirigentes precisamos defender aquilo que é de interesse dos associados", completou.

A reunião foi mediada pelo coordenador da Mesa do Conselho de Representantes, Genesio Denardi, e também contou com a presença da presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais

da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN 0d. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 96289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Sebi

EDITOR Ludmila Machad

REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado e Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIO Marina Rodrigues EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalin

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado





www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



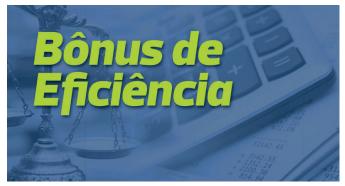
www.youtube.com/anfipoficial

Para AGU e Senado, pagamento do Bônus de Eficiência para auditores é constitucional

Em resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6562, que contesta a constitucionalidade do Bônus de Eficiência e Produtividade, a Advocacia Geral da União (AGU) e a Advocacia do Senado Federal emitiram mensagem ao Supremo Tribunal Federal (STF) defendendo a continuidade do pagamento dos valores às carreiras de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, de Auditor-Fiscal do Trabalho e de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil.

O autor da medida cautelar é o Procurador Geral da República, Augusto Aras, que requereu ao STF que declare a inconstitucionalidade dos arts. 6° a 25 da Lei federal 13.464/2017, na parte em que instituem e disciplinam o pagamento de Bônus de Eficiência e Produtividade.

Segundo a AGU, a rubrica está de acordo com os termos da Constituição Federal. "Não violam o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, estando, na verdade, em plena consonância com o texto constitucional". Já o Senado considera que a referida ADI pretende "alterar a decisão prevalecente no Poder Executivo e no Congresso Nacional, transformando o Supremo Tribunal Federal em instância revisora do político".



O relator da ADI 6562 no STF é o ministro Gilmar Mendes. A ação precisa ser julgada ainda no plenário da Corte.

Desde a campanha salarial que alterou a forma de remuneração de subsídio para vencimento básico, a ANFIP é enfática ao defender a incorporação do Bônus ao vencimento básico, com a manutenção do subsídio, garantindo a paridade e a integralidade. A Entidade segue lutando por uma remuneração compatível com a carreira.

Leia os documentos completos enviados ao STF:

- Mensagem da AGU
- Manifestação do Senado Federal

Inscreva-se no I Concurso de Contos, Histórias e Poesias

Estão abertas as inscrições para o I Concurso de Contos, Histórias e Poesias da ANFIP, destinado aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Em meio ao contexto ocasionado pela pandemia do novo coronavírus, a ideia surge com o intuito de estimular o desenvolvimento cultural e a formação lúdica e humanística da categoria, transformando suas experiências em arte literária e promovendo a valorização dos associados, sobretudo durante o período de isolamento e distanciamento sociais.

O regulamento do concurso, contendo todas os detalhes necessários aos interessados, pode ser acessado AQUI. http://contoshistoriasepoesias.anfip.org.br/

As produções enviadas poderão ser cadastradas nas categorias de Poesia e/ou Conto e História, e serão publicadas em anonimato, respeitando a privacidade dos participantes e o sigilo entre os concorrentes.

Não há limite quanto à quantidade de trabalhos enviados por inscrito. Os conteúdos devem ser, obrigatoriamente, autorais e digitalizados, e deverão seguir as especificações contidas no edital, caso contrário poderão ser desclassificados. Os critérios de avaliação serão baseados



em criatividade, originalidade e desenvolvimento do tema, com duas fases de avaliação pelos jurados: primeiro a seleção dos 10 melhores trabalhos, segundo a escolha dos 3 primeiros colocados.

Serão premiadas as três melhores produções. Para os demais colocados será conferida menção honrosa.

- -1° lugar: R\$ 5.000,00;
- 2° lugar: R\$ 3.000,00;
- 3° lugar: R\$ 2.000,00.

As inscrições deverão ser realizadas

até às 23h59min (horário de Brasília) do dia 18 de dezembro de 2020, sendo desconsiderados cadastros após esse prazo. Poderão participar os Auditores Fiscais ativos, aposentados e pensionistas já associados à ANFIP e os Auditores que venham a se associar à Entidade até a data de inscrição do evento.

Outras informações importantes podem ser acessadas no hotsite exclusivo do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias da ANFIP – <u>AQUI</u>.

Participe!

Lei Geral de Proteção de Dados é tema de debate da Série ANFIP



A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709, que entrou em vigor em agosto 2020, inclui o Brasil na lista dos países que contam com uma legislação específica para proteção de dados e da privacidade do cidadão. A nova lei e seus impactos foram abordados por especialistas do Direito durante a Live – Série ANFIP, realizada na quarta-feira (14/10), pelas redes sociais da Entidade – Facebook e Youtube.

Conforme declarou o presidente Décio Bruno Lopes, as empresas devem estar atentas à adequada aplicação da lei. "Para nós, é um prazer trazer este assunto à discussão. A proteção de dados já era uma preocupação das empresas, das entidades, dos cidadãos, mas, agora é lei. Qual é a garantia a partir de agora da proteção de dados? Esses questionamentos que precisam ser esclarecidos".

A senadora Simone Tebet (MDB/ MS), que integrou a Comissão do Senado sobre a LGPD, em depoimento para o evento virtual, contou que, durante a tramitação, foi unânime entre o colegiado a definição de agosto de 2021 para aplicação das sanções previstas na LGPD. A questão de discordância, segundo ela, foi a vigência da lei, que acabou sendo aprovada para entrar em vigor em agosto desde ano, com sanção presidencial em setembro. "Precisamos, urgentemente, de um decreto, que estabeleça a autoridade", esclareceu a parlamentar, sobre a definição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que ainda não

ocorreu, e será o órgão responsável por implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei 13.709.

Sobre a LGPD

Para explicar a adequação, aplicabilidade e sanções da nova lei, participaram como expositores o subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil, Moacyr Mondardo Júnior, e os advogados Gabriela Gonçalves Teixeira e Marcelo Aparecido Batista Seba.

avaliação de Moacyr Mondardo, a LGPD coloca em outro patamar direitos que já existiam no país. "É uma tendência no mundo inteiro, hoje os dados também têm valor econômico, a informação afeta a pessoa. No caso da RFB, sempre tivemos, por determinação legal, o sigilo das informações. O mundo dos dados ganhou uma concretude muito maior. Tínhamos noção dos nossos direitos às informações e a lei nos trouxe uma maior certeza sobre isso e a forma de sua aplicação. A gente vê a lei como um direito importante, está alinhada aos demais países em relação à proteção de dados. Isso vai nos ajudar a ter um país com mais segurança das informações", disse.

Gabriela Teixeira, que integra a Comissão de Proteção de Dados da OAB-DF, alertou sobre os rastros das informações e dados pessoais que os usuários vão deixando na internet e sobre o compartilhamento dessas informações pelas empresas. "Precisamos nos tornar titulares e donos dos nossos dados para que, quando deixarmos informações num laboratório, por exemplo, a gente

possa dizer que não quer que os dados sejam compartilhados. Precisamos do empoderamento dos titulares de dados".

A advogada explicou ainda que, conforme determina a LGPD, os dados e informações pessoais somente poderão ser utilizados por empresas mediante consentimento expresso do cidadão. "Todo tratamento de dados deve estar no princípio da lei. Qualquer cadastro, desde associação a empresas físicas, tem que atender aos princípios. E eu destaco três principais princípios: finalidade, adequação e necessidade. No âmbito da associação, quais são os dados estritamente importantes para entrar em contato com o associado? Os cuidados que se deve ter, de modo geral, é pegar os dados de acordo com a finalidade daquilo que é destinado", acrescentou.

Segundo o advogado Marcelo Seba, o tema ainda traz muitas reflexões e questionamentos, tanto para as empresas quanto para os cidadãos. "A lei veio num contexto de muita relevância de assegurar às pessoas o que está sendo divulgado, compartilhado. Para a ANFIP, por exemplo, onde se aplicaria a lei? Quando houver a coleta e o tratamento de todos os dados utilizados. É preciso consentimento prévio do usuário, tem que ser de forma expressa. Com a LGPD, a pessoa jurídica precisa traçar uma estratégia de compliance", informou.

Uma das formas de adequação nas associações, disse o advogado, é criar um comitê ou canal de comunicação para assuntos relacionados aos dados dos associados. "Criar uma conciliação para evitar e minimizar eventuais discussões e judicialização. Trabalhar preventivamente na empresa, por meio da ouvidoria ou comitê", afirmou.

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, que também participou da live, enfatizou que a ANFIP está buscando todos os caminhos necessários para se adequar à LGPD: "É um assunto palpitante, as organizações precisam se adequar, mas ainda estamos tateando o caminho que passa, realmente, pelo mapeamento dos dados, desde a coleta até o seu descarte".

Assista à live completa <u>AQUI</u> e tire todas as suas dúvidas.

Frente do Serviço Público prossegue com estratégias em defesa do servidor

Em reunião, na terça-feira (13/10), coordenada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público debateu a atuação conjunta das entidades na Reforma Administrativa.

O consultor político Vladimir Nepomuceno comentou o fato de o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizar que a PEC poderia ir direto para uma Comissão Especial, sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Nepomuceno explicou que Rodrigo Maia não pode fazer isto porque não há documentos oficiais explícitos permitindo que uma PEC pule a CCJ e vá direto para uma comissão. "No Direito Administrativo, o que não está escrito não é válido", argumentou.

Vilson Romero destacou a importância da participação de todas as entidades no processo de defesa do serviço público. Para ele é necessário que as entidades que são contra a reforma produzam artigos, pois na grande mídia atualmente só tem sido destacado os defensores. "Temos que abrir espaço nas mídias tradicionais, acho que é extremamente importante começarmos a argumentar contra o que eles querem: acabar com a estabilidade e o Regime Jurídico Único (RJU). Querem abrir o Estado brasileiro para o loteamento político", completou.

Na oportunidade, o assessor também apresentou para os participantes o hotsite produzido pela ANFIP sobre a Reforma



Administrativa. A página contém notícias, notas técnicas e públicas, estudos, cartilhas, vídeos e o mais amplo material sobre os diversos aspectos envolvendo o debate acerca das pretendidas mudanças na estrutura do serviço público nacional.

Durante a reunião, os representantes das entidades discutiram ainda estratégias de comunicação para a mobilização dos servidores com novas campanhas nas redes sociais que serão definidas até o próximo encontro do grupo. Dentre as ações que já estão acontecendo, haverá novamente um twittaço no dia 28 de outubro em homenagem ao Dia do Servidor Público.

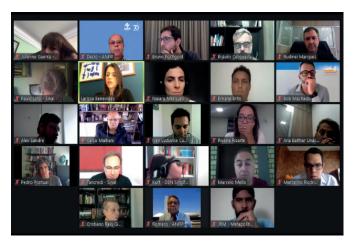
Entidades do Fonacate discutem Reforma Administrativa em assembleia geral

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participaram da assembleia geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), na terça-feira (13/10), para discutir diversos pontos que afligem as carreiras no âmbito do atual cenário político.

Na pauta foi abordado o Mandado de Segurança impetrado pelo Fonacate perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pela restrição de acesso imposta aos documentos que embasaram a PEC 32/20 (Reforma Administrativa). De acordo com a assessora jurídica do Fonacate, Larissa Benevides, a restrição foi imposta de forma indevida, pois o procedimento adequado não foi devidamente observado, principalmente porque não existe base legal para a atribuição de sigilo.

Em seguida, o consultor político, Jorge Ramos Mizael, apresentou as emendas substitutivas à PEC que estão sendo produzidas pela Comissão Parlamentar do Fórum e que devem ser finalizadas até a próxima semana.

Rudinei Marques, presidente do Fórum, expôs alguns pontos observados na reunião realizada no dia 6/10 com Wagner Lenhart, secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia, com Cléber Izzo, diretor de Relações de Trabalho no Serviço Público, e com Fremy de Souza e Silva, coordenador-geral de



Estudos Normativos e Segurança do Trabalho, citando a importância de alinhar como a avaliação de desempenho dos servidores será feita.

Ao comentar o tema, Décio Lopes lembrou o extinto Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que era responsável por diversas demandas de pessoal, e afirmou concordar com a definição de dois órgãos para tratar da normatização de pessoal e gerir o Regime Próprio de Previdência Social.

Na ocasião também foi apresentado aos participantes o site da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público que acaba de ser lançado www.servirbrasil.org.br.

ANFIP decide por atualizações no sistema operacional da entidade



Em reunião virtual realizada na quarta-feira (14/10), os vice-presidentes Carlos Alberto de Souza (Planejamento e Controle Orçamentário), João Alves Moreira (Administração, Cadastro e Tecnologia da Informação) e Luiz Mendes Bezerra (Finanças) debateram uma possível atualização do sistema da ANFIP, juntamente com os

membros dos departamentos Administrativo, Contábil e Financeiro e do contador Rodrigo Costa.

As mudanças discutidas envolvem a integração do sistema MR Contábil, sobretudo nas áreas burocráticas da Entidade, que incluem notas fiscais, folhas de pagamento, contratos, controle de estoque e outros. Também foram levantadas as questões da digitalização e do armazenamento de informações em bancos de dados, prezando pelo alinhamento com o sistema eSocial e com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para colocar todos os planos em prática, serão realizados procedimentos de análise e mapeamento do caso, elaboração de prévias e estabelecimento de cronogramas de execução, definindo as estratégias de acordo com as particularidades de cada área. A previsão de aplicação das medidas é para o ano de 2021.

Vale lembrar que a pauta já era uma prioridade, mas teve que ser interrompida devido à pandemia do novo coronavírus. Os demais detalhes sobre as alterações no sistema serão acertados nas próximas reuniões.

Os vice-presidentes se mostraram muito satisfeitos com o desempenho do grupo, parabenizando o trabalho dos funcionários e reforçando a importância de seu comprometimento com o constante aperfeiçoamento da Associação.

MCCE realiza reunião do Comitê Nacional

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou da reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), na quarta-feira (14/10), em conjunto com os representantes das demais entidades que integram o movimento.

A reunião foi conduzida pelo diretor do MCCE, Luciano Santos, e abordou assuntos como as propostas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, que estão sendo elaboradas pelo Grupo de Trabalho do MCCE e serão encaminhadas à Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados, e o desdobramento da audiência virtual com o vice-procuradorgeral Eleitoral, Renato Brill de Goes, do dia 24 de setembro, que tratou da consulta sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa.

Luciano Santos destacou que o movimento tem se mobilizado frequentemente contra a desinformação no processo eleitoral. "Estamos trabalhando, e pretendo estar presente em breve no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dando todo apoio para minimizarmos o impacto das notícias falsas", afirmou.



As discussões também passaram por projetos e campanhas em vigência, como o 'Fortalecimento da rede: Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político no Brasil' e o 'Democracia Digital – Eleições 2020', cujo objetivo é construir redes de articulação e mobilização com a participação de públicos estratégicos nos estados.

Na ocasião, foi firmada uma parceria entre o MCCE e a plataforma 72 horas, que monitora o fluxo do uso de recursos públicos nas campanhas eleitorais utilizando dados oficiais do TSE. A parceria tem o objetivo de colaborar com a participação ativa da sociedade no processo eleitoral, disponibilizando o acesso a dados de forma rápida e transparente.

Reforma Administrativa: ANFIP defende unidade e mobilização de servidores

Em debate virtual realizado na quartafeira (14/10) pela Anffa Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários), o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP. Vilson Antonio Romero, enfatizou que, neste momento, em que tramita uma Reforma Administrativa (PEC 32/20) nefasta para todos os servidores públicos, "é preciso manter a unidade na luta, a mobilização e o esclarecimento nas bases, para fazer a defesa da dignidade do servidor e da qualidade do serviço público junto à sociedade, aos parlamentares e demais interlocutores, na certeza de que estamos fazendo algo para construir um Brasil melhor".

O debate contou ainda com a participação do assessor do Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado), Jorge Mizael Ramos, com mediação do diretor de Política Profissional do Anffa, Antônio Andrade.

"Não somos contra aperfeiçoar e melhorar o serviço público em todos os Poderes e esferas de governo, fazendo limpeza, assepsia, cortando os exageros e excessos, mas, mesmo com as carências existentes, o brasileiro tem a convicção de que sofreria muito mais com essa crise sanitária se não houvesse um serviço público de qualidade nos hospitais, na segurança pública, na diplomacia, no atendimento virtual, que permaneceram atendendo aos cidadãos", frisou Romero. No entanto, o assessor criticou duas ações políticas referentes à PEC 32/2020, o fato de ela não ter sido debatida com os principais interessados, que são os servidores e a sociedade, e de ela ter sido apresentada no meio de uma crise sanitária sem precedentes, decorrente do coronavírus.

Conforme reforçou, a PEC 32/20 vinha sendo cobrada pela base do governo, pelo mercado, e por todos que defendem o Estado mínimo. "Isso já vinha sendo aventado pelo atual governo desde quando



assumiu. O problema é que ela veio em um momento inoportuno, em que é impossível dialogar com o Executivo ou com o Congresso Nacional", frisou.

A proposta, conforme expôs Romero, vem sequencialmente a uma série de outras medidas, como o pacote do Plano Mais Brasil, uma ampla agenda de transformação do Estado, com as PECs (Emergencial), 187/19 Fundos) e 188/19 (Pacto Federativo). O governo, com tudo isso, explicou, sinaliza um ajuste fiscal às custas dos servidores públicos da União, estados e municípios. "Essa reforma se afina ainda com a Reforma da Previdência, que também tinha como foco primordial os servidores públicos, que passaram a trabalhar mais, contribuir mais e receber menos". complementou o assessor.

Quanto ao mérito da proposta, Romero informou que a PEC não traz medidas de melhoria de atendimento à população ou de equacionamento de eventuais distorções existentes na administração pública. "A proposta cria inúmeras formas de contratação, abrindo a porta para o loteamento do Estado brasileiro, que volta a um período pré-Constituição de 1988. A sociedade pode perder a referência daquilo que é efetivamente servidor público", lamentou.

Além disso, o texto foi remetido ao Congresso sem análise jurídica efetiva. "Não passou pela Subchefia de Assuntos Jurídicos, onde passam todas as matérias que vão para o Congresso Nacional", alertou, lembrando que, além de não apresentar os elementos ou estudos que embasaram a proposta, assim como fez com a Reforma da Previdência, o governo colocou todos os documentos utilizados para estruturar a PEC sob sigilo.

"Estamos numa situação preocupante. O governo tem alardeado que a PEC não atinge os atuais servidores, mas, de imediato, uma série de efeitos atingem. Talvez tenhamos consequências nefastas para todos", afirmou.

"A ANFIP defende um serviço público de qualidade. Defende aprimoramento, capacitação, preenchimento dos cargos. Denuncia os descasos das autoridades com o serviço público e sempre se pauta na defesa de um conjunto de elementos logísticos e de material humano para atender bem à população", destacou Romero. Para o assessor, a hora é de união de todos os servidores a fim de mostrar à sociedade o quanto essa proposta afeta, lamentavelmente, a todos.

O debate completo, com todas as intervenções realizadas durante o debate, pode ser assistido <u>AQUI</u>.

BENEFÍCIOS

Grandes lojas oferecem descontos de até 40% para associados

Compre novos móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, sem fazer dívidas e sem pesar no seu bolso. A plataforma ANFIP tem +Vantagens disponibiliza

para os associados descontos exclusivos de até 40% em lojas parceiras. Acesse a plataforma <u>ANFIP Tem+Vantagens</u> e garanta já sua compra.

ANFIP compõe mesa de abertura do I Congresso Brasileiro On-line de Direito Previdenciário



O vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, participou na quarta-feira (14/10) da composição da mesa de abertura do I Congresso Brasileiro On-line de Direito Previdenciário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Adriane Bramante, presidente do IBDP, agradeceu a presença de todos e destacou o fato de o Congresso Brasileiro, que sempre foi muito marcante no cenário nacional para o crescimento do Direito Previdenciário, acontecer de forma virtual pela primeira vez. Em virtude dessa adaptação, decorrente da crise sanitária ocasionada pelo coronavírus, Bramante homenageou todas as pessoas que perderam suas vidas pela Covid-19. "A palavra desse ano é a solidariedade. Vamos elevar nossas mãos aos céus para que as pessoas que estejam precisando recebam o nosso carinho e sentimento", frisou.

"A gente leva 'o pensar', informações para que as pessoas pensem o Direito Previdenciário, que trabalhem com o conhecimento mais aprofundado dessa matéria. Agora podemos ver o quanto a Seguridade Social é, foi e será sempre importante para a garantia dos direitos fundamentais sociais", finalizou.

O Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário é um dos maiores eventos sobre o tema do Brasil, voltado aos profissionais previdenciaristas, tendo como objetivo proporcionar a atualização de seus participantes, contando com a presença de palestrantes de notório conhecimento da matéria.

Função Social do Estado é tema de debate promovido pelo Cofecon



O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social realizou nesta quintafeira (15/10) mais um debate do webinário "Função social do Estado", com o tema "Planejamento, gestão dos fundos públicos e organização do sistema nacional (União, Estados, Municípios) de atendimento das necessidades e demandas sociais".

O economista Eduardo Fagnani foi o debatedor do evento, que teve mediação feita por Livi Gerbase, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O evento virtual contou com os comentários dos economistas Guilherme Mello, representante da Fundação Perseu Abramo, e Leonardo Zumpichiatti, da Fundação Leonel

Brizola Alberto Pasqualini. O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou o webinário e destacou que " a pandemia escancarou a necessidade de fortalecer o Estado do Bem-Estar Social, com melhores e maiores recursos para a Saúde, Assistência e Previdência Social, neste país tão desigual e tão carente, onde a miséria ficou mais escancarada com a crise sanitária que estamos vivendo".

Para Fagnani, o governo tem propostas claras. "O que está em jogo é reduzir o tamanho do Estado, pela destruição dos direitos sociais e da administração pública. Esse é o quadro", disse. O professor coordenou a equipe técnica da Reforma Tributária Solidária, projeto desenvolvido pela ANFIP e pela Fenafisco. Ele ressaltou que o resultado desse trabalho virou uma Emenda Substitutiva Global à PEC 45/2019, que está na Câmara dos Deputados aguardando tramitação. "O estudo tem questão central a redução da tributação sobre o consumo e a ampliação sobre a renda e o patrimônio. Isso não tem nada de revolucionário. Esse é o instrumento que vários países usaram para sair da recessão", explicou.

Campanha pela Redução Desigualdade Social no Brasil - O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social é coordenado pelo Cofecon e tem a participação de mais de 30 entidades da sociedade civil. O Fórum realiza a Campanha Pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, lançada em 2017 e estruturada em cinco eixos: mudar o modelo tributário; preservar e ampliar os direitos sociais; preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho e de educação; reforçar a função social do Estado; e ampliar a democracia e a participação social. Os debates realizados no mês de outubro correspondem ao quarto eixo da Campanha, que discute a função social do estado.

Confira o debate AQUI.